

desde que tenham trabalhado no mínimo um ano na Dinamarca. A transferência do direito à pensão é efectuada mediante o pagamento de uma cotização à Caixa de Pensões dinamarquesa a partir dos 35 anos e até aos 60. As regras em vigor estipulam como condição para receber a pensão, além de ter completado 60 anos, ter pago a cotização para a Caixa dinamarquesa durante um mínimo de 20 anos.

(¹) JO L 257 de 19.10.1968, p. 2.

(²) JO L 149 de 5.7.1971, p. 2.

Resposta dada pelo Sr. Flynn em nome da Comissão

(2 de Março de 1999)

Remete-se a atenção do Senhor Deputado para a resposta da Comissão à pergunta oral H-1235/98 do Senhor Deputado Bonde, no período de perguntas da sessão de Janeiro I de 1999 (¹) do Parlamento.

(¹) Debates do Parlamento (Janeiro I de 1999).

(1999/C 182/192)

PERGUNTA ESCRITA E-0029/99

apresentada por Nikitas Kaklamanis (UPE) à Comissão

(20 de Janeiro de 1999)

Objecto: Direitos humanos dos proprietários das construções em zonas não abrangidas pelos planos directores

Na Grécia as construções clandestinas elevam-se a 800.000 e as construções em zonas não abrangidas pelos planos directores urbanos ultrapassam os dois milhões de pessoas.

Estas pessoas têm, repetidamente, obtido garantias por parte das autoridades gregas de que o problema da legalização das suas construções será resolvido e que serão integradas no plano director urbano, sem que, no entanto, tal tenha sucedido. As leis e os decretos presidenciais publicados desde 1977 até hoje (sendo o mais recente o decreto presidencial 267 de 1998), têm um carácter puramente financeiro e impõem enormes multas, não se tendo ainda procedido à ligação destas construções às redes públicas de abastecimento de água, saneamento e electricidade, como seria normal em qualquer país do mundo. Esta situação constitui uma violação dos mais elementares direitos humanos e transforma 1/5 da população da Grécia em cidadãos de segunda categoria.

Pergunta-se à Comissão se tem conhecimento da situação das construções nas zonas não abrangidas pelos planos directores urbanos na Grécia e que iniciativas tenciona tomar para aliviar cerca de dois milhões de cidadãos gregos, que se vêm privados dos mais elementares serviços, como são a água, a electricidade e o saneamento.

Resposta dada pelo Sr. Santer em nome da Comissão

(12 de Fevereiro de 1999)

A Comissão não tem competência para tratar da questão levantada, que é da exclusiva competência das autoridades nacionais responsáveis.